

# A VOZ DO PAI SIMBÓLICO

*Quem? Além daquele que fala no lugar do Outro e que é  
o Sujeito que há além, de quem o Sujeito,  
a cada vez que fala, toma a voz?*

J. Lacan, “Os nomes do pai”. Seminário inédito de 10/11/1963

Vou tentar precisar a função do pai simbólico na medida em que ela permite *avaliar* o que chamamos o *banho de linguagem* indispensável à humanização da criança e, na cura, à simbolização.

Para avançar, usarei como apoio o enigma de um encontro arcaico <sup>(1)</sup> entre *o universal da linguagem* que especifica o pólo paterno e *o universo* de uma língua *privada*, a língua materna. Se esse encontro <sup>(2)</sup> é de inestimável valor, é porque ele conduz ao inconsciente da criança como criação.

Geralmente, esse encontro que não pode ser observado diretamente, porquanto a clínica não fornece senão seus efeitos, é desenvolvido, sobretudo, do lado materno. Estudarei o pólo paterno a partir de seqüências clínicas e de textos freudianos e lacanianos fornecendo algumas marcas para precisar a natureza do inconsciente freudiano visto que o pólo paterno para lá o conduz.

Terminarei com uma interpretação da forma com que a tradição judaico-cristã encontrou este enigma e ali respondeu.

<sup>(1)</sup> Texto escrito no só-depois de uma comunicação intitulada “Ao Nome do Pai”, quando do Colóquio da S. P. F. sobre o Arcaico em Besançon, nos dias 8-9-10 de outubro de 1999.

<sup>(2)</sup> Encontro que não cessou de ser uma interrogação para Lacan, não sendo essa insistência estranha a sua denominação do pai simbólico e do Significante do Nome-do-Pai.

## **A dívida simbólica recusada no surgimento do sintoma**

Julien, um menino de dez anos, confia a seu analista o relato de que à noite fora despertado subitamente pela aparição de fantasmas. Quando acende a luz do abajur da mesa de cabeceira, eles desaparecem. Assim que apaga a luz, eles reaparecem. Ele sabe muito bem que eles não existem quando ele pode ter como referência o que já conhece, o visível; entretanto, esse saber desmorona logo que a escuridão se instala, como se a distinção que se torna possível pela visão do conhecido desaparecesse, deixando, então, o campo livre para os monstros que se expandem no universo tenebroso que plana sobre ele.

Julien confia também a seu analista que ficou apavorado com uma transformação: quando via a foto de alguém que conhecesse bem, de repente o desaparecimento das linhas dos limites das formas fazia surgir o in-forme. Embora essa invasão não mudasse a foto, quando ele se colocava diante do fato, esse saber o abandonou à devoradora angústia que ele compara à aparição dos fantasmas.

O que Julien testemunha é que o humano é instituído sem o saber, como lugar de um conflito binário entre o que ele sabe que é como sujeito no Simbólico e que é sua verdade e qualquer coisa que não fala □ o real em língua lacaniana. Geralmente, esse conflito, gerado segundo a economia do princípio do prazer pelo campeão do desconhecimento chamado por Freud de eu, não surge na medida em que já que este permanece mestre em casa.

Julien comunica que pode acontecer de, repentinamente, ele não reinar mais em seu lar □ o desprazer resultante da aparição de um novo saber em que o real tem um ascendente <sup>(1)</sup> no simbólico. O humano é então reduzido ao real do objeto (a), dejetivo, porque que decai do simbólico. Em face dessa decaída, qual seria o movimento transferencial que não pode faltar?

<sup>(1)</sup> J. Lacan. *R.S.I.* Seminário de 14 de janeiro de 1975.

Suponho que Julien, sem o saber e além daquilo que diz, *demande* que sejam atualizados na transferência os dois campos evocados a partir do conflito binário, porque aquilo que ele é como sintoma enfatiza um apelo que não pôde ser ouvido, um sintoma que é efeito dessa recusa e, ao mesmo tempo, que pode ser analisado em face desse apelo. Imagino que analista não faria oposição a essa nova direção.

Mas de onde vem esse apelo? A questão se estende pelo seu endereçamento: o que será que faz com que ele possa ser ouvido e o que é, na verdade, lhe responder?

Se esse questionamento não é evidente, é porque não pode ser desenvolvido pelo pensamento, porque isso é im-pensável para ele. Disso resulta que é de sua falta que é promovido ao primeiro plano. Estamos na direção da precedência do *universal da linguagem* que transmite uma lei que nomeamos simbólico, já que ela *transcende* o humano, porque ela o coloca em relação com um lugar primordialmente separado □ este lugar não lhe é imanente □, que ele não pode conhecer senão imaginariamente, mas somente reconhecer simbolicamente se aceita lhe pagar o preço, o da dívida simbólica. Portanto, é na medida em que o psicanalista pode aceitar estar em dívida para com o que o ultrapassa, a transcendência do simbólico transmitida pelo universal da linguagem, que ele poderá não lhe recusar o apelo quando ele se manifestar em seu reconhecimento. Mas isso não diz o que faz com que o analista possa ouvi-lo já que este apelo não salienta a significação pois que solicita o que ela recobre □ a significância onde o “audito”<sup>1</sup> (audição) se transmuta em *inaudito*.

Lacan nos põe nessa direção na sessão de seu Seminário de 15 de janeiro de 1958 com em seu artigo intitulado *D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychse* [“De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose”], escrito na mesma época, em dezembro de 1957 e janeiro de 1958, quando enuncia que a reflexão de Freud “levou-o a associar a aparição do significante do pai, como autor da lei, à morte, na verdade ao assassinato

---

<sup>1</sup> Em português, não há a palavra “audito”. Na tradução, para manter em português, aproximadamente, o jogo de palavras do autor entre *ouï / inouï* (audição/inaudito) nessa última frase, “*la signifiante où l'ouï se transmute en innouï*”, optei por utilizar “audito” (em vez de “audição”) em oposição a “inaudito”, mantendo em português a similaridade sonora do francês entre *ouï(e)* e *innouï* que realça, pela semelhança, a oposição de sentido.

do pai, mostrando que o pai simbólico, enquanto significa essa lei, é bem o pai morto”<sup>(1)</sup>. O que nos transmite essa leitura de Freud cuja audácia é a operar uma junção entre paternidade e morte, sem esquecer o testemunho de Julien?

### **O universo primeiro da linguagem e seu chamado**

Freud aborda esta questão em 1913 em *Totem e tabu* quando supõe na origem do Sujeito uma incorporação do pai morto responsável por uma identificação enigmática, visto que a clínica fornecia apenas seus efeitos. Se associamos esses dados freudianos àqueles sobre a *denegação* parece que o Sujeito a vir se construiria no duplo movimento seguinte.

Por um lado, o pré-Sujeito toma a força paterna ao incorporar e constituir uma entidade fechada sobre si mesma, bom dentro simbólico que não dá conta do exterior, visto que suas representações alucinatórias garantem-lhe a existência do que representam, porque obedecem à economia do princípio do prazer. Por outro lado, o pai escapa desse processo, não sendo considerado bom a ser incorporado. Rejeitada no fora, essa parte *do* pai aí subsistirá., mas não sem fazer retorno sob certas condições, produzindo o que Julian chama fantasmas que são, na verdade, *do* pai que, não tendo recebido a sanção que lhe permitiria encontrar repouso no simbólico, fica errante no real como *pai no real*. Mas por que este último, quando aparece, não pode ser esquecido por Julien , uma forma de interpretar a vingança da qual ele pensa ser vítima?

<sup>(1)</sup> J. Lacan, *Écrits*, p. 556.

O caráter hostil e persecutório é, verdadeiramente, ligado ao fato de que o *pai no real* é percebido com estranho, dado que não é conhecido e, por isso mesmo, corruptor da força paterna simbólica incorporada. Além disso, se não cessa de voltar, o que também é um elemento persecutório, é sem dúvida para que lhe seja dada a simbolização de que foi privado e que sabe indispensável para encontrar repouso no simbólico.

Desde então, esclarecem-se os sofrimentos de Julien: quando o conflito binário se dá, o corruptor que é estranho é detido pelas barreiras que devem garantir o bom dentro simbólico. Por outro lado, quando o imaginário visível que rege essas barreiras não está mais lá, dado que a escuridão não lhe permite diferenciar o visível do não visível, as barreiras perdem a força em face do real do estranho que as atravessa. Na verdade, Julien fala de uma contaminação *real* do pai simbólico, que resulta do desaparecimento das fronteiras que até então preservavam o pai simbólico da toxicidade do *pai no real*. Como ele mesmo diz, quer se desembaraçar desses fantasmas que “lhe entram pelos olhos e ocupam sua cabeça”. Mas será que estará aí o horizonte de *sua* demanda, direção que dirige a transferência?

O que ele ainda não sabe que sabe é que há uma Outra perspectiva diferente da rejeição do perseguidor, já que o *pai no real* não volta, de fato, senão para *passar* ao simbólico. Mais precisamente, o sofrimento de Julien não está tão ligado ao retorno do pai no real, mas ao fato de que ele teria podido lhe responder, transmutando-o, então, em pai simbólico: é isso, aceitar estar em dívida na esfera do simbólico. O que deduzir daí no âmbito do analista na transferência?

Que importa que o analista não recuse, como Julien, *sua* dívida para com o simbólico, por exemplo, ao permanecer na significação edipiana, pois que o chamado do Significante do Nome-do-Pai remete a seu lugar imaginário, o rival, pai edipiano que, sem dúvida, permite explicar os sintomas, como Freud mostrou, sem todavia levar à simbolização, ou seja, à criação do Sujeito do inconsciente. Mas o que é, pois, essa operação que permite que advenha o Sujeito do inconsciente?

Para adiantar, partamos do fato de que o *universal da linguagem*, face paterna do *banho de linguagem* no momento em que ele é encontrado pela *língua privada* materna, transmite à criança, enigmaticamente, um operador estrangeiro que sairá de sua reserva quando o ser falante passa pela experiência da perda da palavra. O que Freud nomeia sideração que precede a luz, inibição que conduz ao recalque e ao sintoma correspondente a esse momento indispensável para que esse Estrangeiro apareça no lugar do Outro □ que Lacan chama “*Che Vuoi?*” □ e se dirige ao Sujeito do inconsciente que advirá, nestes termos: “*Você que perdeu o uso da palavra, estará autorizado a advir como Falante?*” Nesse mesmo momento, não só o lugar do Outro não é mais o da consistência da demanda do ser do Outro, modo de precisar o luto da palavra, mas o *inaudito* dali provém repentinamente que não pode ser ouvido senão pelo *inaudito* do Sujeito a advir, como se a voz que o sustenta fosse inacessível a todo mestre em significação. Chegamos na direção de uma voz que não enfatiza o *ouvir* [em francês, *l’ouïr*] da significação, porque transmite o *inaudito* [*l’inouï*] da *significância*.

Portanto, haveria, no horizonte do *universal da linguagem*, um *Estrangeiro* <sup>(1)</sup>, Significante primordial que não libera nenhuma significação, Significante do Nome-do-Pai (Lacan), bem como estrangeiro ao Sujeito que, ao mesmo tempo, *não totalmente* estrangeiro porque pode ser reconhecido pelo Sujeito, dado que uma *Bejahung* [“afirmação”] primordial, um “*sim*”, foi dado sobre sua existência, como afirma Freud em 1925 na *Denegação*. Em suma, este significante traz consigo a promessa da riqueza de uma aposta em comum vindoura, □ é esse o ad-vir □ uma mestiçagem que permite a estranheza do mais estrangeiro nodular-se-se ao íntimo mais radical que realiza um ato que pode ser suposto analítico, já que cria uma autêntica relação entre o Outro e sujeito do inconsciente, inédito porque ultrapassa o dualismo do eu e o outro.

<sup>(1)</sup> Freud observa que o Significante do Nome-do-Pai é, com efeito, o único significante que não pode produzir o Sujeito.

O problema é o momento da abolição do pensamento dualista não é atingida sem certa angústia cuja recusa, como Julien constata, serve para relacioná-la com a transformação deste significante do simbólico que é o pai simbólico em significante no real que é o fantasma, dado que ele não é reconhecido simbolicamente. Encontramos o conflito binário de todo pensador, exceto se ele pode confiar no pensamento consciente regido pelo *Além do princípio do prazer*.

Observe-se que esse estrangeiro, *não totalmente* estrangeiro, faculta o acesso à Alteridade, já que a nota estrangeira que ele ressalta dá acesso à estranheza, efeito do surgimento do inapreensível real do Outro. Decididamente, quem teria suposto que a riqueza do *universal da linguagem* estaria ligada à estranheza? Quem teria podido nos transmitir o enigma desse Estrangeiro, que é o pai simbólico <sup>(1)</sup>, Significante do Nome-do-Pai que, se não é reconhecido quando aparece, leva à *inquietante estranheza* ou ao *problema de memória sobre a Acrópole*? Quem senão aquele que não cessou de trabalhar por meio dos efeitos de seu encontro no real mesmo momento em que ele se descobria habitado pela presença de qualquer coisa que não o deixava em repouso, Freud ele mesmo, em seguida Lacan, e todo o analista que aceita o ganho de estar em dívida simbólica.

Agora, deixemos Julian aplacar a vingança do *pai no real*, fazendo-o aceder ao reconhecimento simbólico e tentemos precisar o apelo já entrevisto do Significante do Nome-do-Pai.

<sup>(1)</sup> Bem próximo ao que Freud não pôde nomear e assim fracassou na interpretação da psicose, recorrendo à homossexualidade projetiva como uma explicação que não leva em conta a esfera do universal da linguagem que aí falha por forclusão do Significante do Nome-do-Pai, como foi muitíssimo bem observado e transmitido por Lacan ao ler Freud.

## O furo no pensamento

Assim que falo com um interlocutor que conheço bem e que fazemos permutas juntos sem dificuldade, pode acontecer que, subitamente, eu perceba em mim o desenvolvimento de pensamentos que vai progressivamente se estender, me fixando na dificuldade de continuar a ouvir meu interlocutor.

Se estou atento, poderei constatar que esses pensamentos prendem-se ao que ele diz e que visam à constituição de argumentos que confirmem seu dito ou que eles contradizem. Se não estou atento a seu contato, sob a ascendência de um real forte demais, poderei ser o advogado da boa ou da má fé, pouco importa, e subir à barra para fazer brilhar meu propósito. Se ele é forte demais, não poderei nem pensar, reduzido que estarei a essa parada causada pelo fato de pensar.

O que será que se apoderou de mim repentinamente? Não sei bem, na verdade. Poderei supor que encontrei *qualquer coisa*, o *real*, que me causou a suspensão sem que eu soubesse. Poderia eu permanecer lá? Não, porque *qualquer coisa* não pára de me botar para trabalhar como se eu não pudesse me esquecer. Mas o que isso aponta?

O que poderei ser levado a encontrar, à semelhança de Freud ao encontrar o real ligado ao significante *Herr*<sup>(1)</sup> é que, sem o saber, recusei um encontro. Mas o que será esse encontro, inapreensível para o pensador que penso ser? Um pensamento inconsciente recalcado secundariamente? Talvez, mas o que faz que eu tenha recorrido a esta defesa?

<sup>(1)</sup> S. Freud. “Oubli des Noms Propres” in *Psychopathologie de la vie quotidienne*. Payot, pp. 5-99.

De fato, esse *furo* em meu pensamento que me priva da palavra que possuía até então; se lhe dou a importância que ela merece, vai me levar a um ponto que não sabia que eu ocultava, a um Outro lugar, onde não cessava de isolar meu pensamento, antes e depois de seu surgimento. Antes, eu pensava saber o que eu dizia. Depois, estou em outra posição, intrigado pelo fato de meu pensamento não parar mais: será que esta insistência não sugeriria meu retorno ao momento do encontro faltoso para reconhecer essa *qualquer coisa* de indispensável, incompreensível, enigmática, diante da qual falhei?

O que pode me acontecer é eu não ter nenhuma pista para saber disto, o que quer que seja, o falante que sou sem poder se referenciar a nenhum saber que o orientasse... E tanto melhor, porque sem esse furo eu nunca entendi... mas entendi o quê?

### **O chamado inaudito da voz do pai**

Por causa do desaparecimento do saber que já está lá, posso descobrir que há presença de uma presença até então não presente, presença de um “eu” que ... *não sabe* o que ouve, (condição para que) crê (creia) naquilo que ouve <sup>(1)</sup>. Será que esse momento não evocaria a queda do *Sujeito suposto saber* (Lacan) que só poderia advir da promoção do *objeto causa do desejo* (Lacan) <sup>(2)</sup> que acontece com aquele que pode surgir como receptor inaudito duma voz que transmite o inaudito soando repentinamente, como já o supomos?

Estranha ressonância desta voz que não poderia ser gravada, reproduzida, raciocinada, visto que busca uma presença, inconsciente dela mesma, Sujeito do inconsciente que, imediatamente, antes de qualquer pensamento, diz “*sim*” a esse estrangeiro que a interpela e que ela aceita, ainda que haja estabelecido as barreiras para se proteger daquilo que lhe era estrangeiro. O pensador que sou não poderia pensar que este apelo poderia me içar à altura da ética. Por quê?

<sup>(1)</sup> A. Didier-Weill, *Invocation, Dionysos, Moïse, Saint-Paul et Freud*. Calman-Lévy, 1998, p. 17.

<sup>(2)</sup> O objeto de desejo do Outro enfatizaria o desejo inconsciente e se referiria a esse repressor que é o recalque secundário, ainda que o objeto *causa* do desejo, autêntica criação na transferência, ressalte que esse criador é o recalque originário.

No momento em que essa invocação ecoa, posso recusá-la, condição indispensável a toda ética. Além do mais, sem ter suporte sobre o saber porque ele falhou, só posso me fiar no inaudito que ouço: este é o apelo da voz do pai que nodula, num clarão, o puro som da significância simbólica e o estalo do real que me arranca do adormecimento em que o eu se comprazia e me comprazia. Como será que isso se passa no desenvolvimento de uma cura?

### **O sujeito do inconsciente na transferência**

Pode acontecer de um analisando ser subitamente colocado diante do fato de tudo que conseguiu até então como títulos, diplomas e bens diversos não lhe pertençam, na verdade. Com efeito, tudo se passa como se a propriedade que a lei simbólica lhe outorgou do código civil não pudesse mais lhe ser própria. A transferência não pára aí porque, ao mesmo tempo, pode ser ouvida uma lei anunciada por uma certa angústia porque ainda não a conhece. O que será que ele descobre nesse momento em que ele não a conhece em que, mesmo que não a conheça, pode, entretanto, reconhecê-la como algo proveniente de Outro lugar?

O fato de a lei simbólica que ele conhece bem, aquela consignada no código lexical da lei, não lhe conferir mais a constância da legitimidade que ela lhe trouxe até então, mas, sobretudo, *haver* também, ao mesmo tempo, uma lei não escrita, estrangeira, que não enfatiza a significação e o sentido, lei que ele reconhece porque lhe abre espontaneamente *seu* íntimo. Por que será, apesar do des-ser ocasionado pelo desaparecimento do semblante de legitimidade da lei escrita, que ele não recusa igualmente, será que agora ele ouve e aceita então essa *estrangeira* para seu pensamento?

Se esse momento é inestimável para o porvir desse analisando, é porque ele dispõe, com havíamos suposto, de um *passador* que lhe foi transmitido pelos seus ascendentes, Significante do Nome-do-Pai que, não sendo estrangeiros reciprocamente, pode lhes nodular e transcender assim o conflito binário que opunham, até então, as duas leis simbólicas inconciliáveis, aquela, da escrita, do código que lhe permitiu seguir o caminho ordenado da significação que já estava

lá e aquela, não escrita, que se lhe manifesta como originária, arcaica, num assombro que lhe afeta a ponto de não poder mais passar sem ela.

Esta última, primeira a ser transmitida pelo *universal da linguagem*, apenas confirma o inconsciente como segundo, o esquecimento dessa lei primordial pela lei escrita dando apenas mais valor a sua aparição súbita porque ela está na origem do tempo por vir em que o emissor de palavras, o Sujeito do inconsciente, poderá ressoar logo que um primeiro tempo lógico tenha permitido que advenha um receptor que pode ouvir seu apelo. Isso que Lacan nos transmite de modo lacônico: “o emissor recebe do receptor sua própria mensagem de forma invertida” <sup>(1)</sup>. A inversão como inestimável passagem a cargo do Significante do Nome-do-Pai, de invocante a invocado, “quando soa a música”, como sublinha Alain Didier-Weill <sup>(2)</sup>.

Se não sou como antes, é porque fui chamado a esse começo arcaico por uma solicitação simbólica à parte, a do Significante primordial que se manifesta como pura voz, resto que é, neste momento, o objeto-voz <sup>(3)</sup>. Depois dessa perspectiva transferencial, abordemos o modo pelo qual a tradição judaico-cristã respondeu, modo de situá-la em face dos dados psicanalíticos avançados até então.

<sup>(1)</sup> Como foi estabelecido em diversas retomadas durante o colóquio, Freud não percebeu o primeiro tempo, o do receptor. Transmite-nos que o segundo, o do Sujeito criador em face do desejo inconsciente. Lacan, não esquece o primeiro tempo, o do receptor, sem dúvida a partir do fato de que dá conta da relação com a palavra do psicótico, já que o psicótico é apenas um receptor, na verdade. Lacan desenvolve Freud onde ele falha e nos transmite a alçada do Significante Nome-do-Pai como aquilo que nodula numa inversão o receptor da palavra do Outro ao emissor de sua própria palavra.

<sup>(2)</sup> A. Didier-Weill. *Invocation, Dionysos, Moïse, Saint-Paul et Freud*. Calman-Lévy, 1998.

<sup>(3)</sup> Tanto é assim que, na nossa opinião, Lacan nomeia desejo (x), enigmático de não ser ligado a um objeto □ que é o caso do desejo inconsciente □ pois que causado pela falta de objeto.

## A voz superegóica do pai e da religião cristã

A religião cristã não (se) engana quando se apóia no fato de a força paterna dever ser incorporada freqüentemente, o rito da comunhão cristã encobrendo a contaminação do pai simbólico pelo *pai no real*.

Na mesma perspectiva, o pecado seria o efeito do surgimento deste corruptor que chamamos o real, que a religião interpreta como a *carne*, o *mal* resultante do fato de que sua força é maior do que a força divina, como observou Paulo de Tarso <sup>(1)</sup>. Assim, desde o primeiro homem, Adão, a fragilidade da barreira geradora do conflito surge. Se, no início, Deus e Adão estão no espaço fechado do simbólico, em dado momento esse espaço desaparece para Adão.

Paulo de Tarso, que foi salvo pela aparição do Cristo crucificado no caminho de Damasco, teoriza o pecado original a partir de sua experiência singular, fixando esses dados para todo o ser humano. Com o apoio no fato de que, nascido *mau*, pois que marcado pelo pecado de Adão, foi transformado em *bom* pela graça de Deus, Paulo passa *sua* teoria, a que *seu* pensamento dita: o humano não pode, por si mesmo, tornar-se bom porque *somente* Deus pode, por sua graça, restituir-lhe o acesso à pureza originária. Dessa teoria, resultam os procedimentos do batismo, a conversão, a penitência □ que corresponde à palavra gera *métanoia*, mudança.

<sup>(1)</sup> “Le chair la voue à l’impuissance”, Épitre aux Romains, VIII, 3.

De fato, Paulo de Tarso é um passador, mas esse passador é imaginário, pois não faz senão reforçar o conflito binário ao manter as barreiras imaginárias que separam o puro e o impuro; somente o amor e a graça de Deus podem alçá-los dentro de certas condições. A conversão de Paulo de Tarso é uma versão do perseguidor ao perseguido, o campo de seu pensamento sendo como sempre aquele dos ídolos egóicos e superegóicos.

A igreja desenvolverá, desde o século I, esses dados selando-os no dogma de São Tomé que fixa o que foi deixado mais em aberto nos evangelistas. João, em seu prólogo <sup>(1)</sup>, havia estabelecido claramente que o Verbo estava no começo ao lado de Deus, enquanto o filho, encarnação do verbo, só apareceu secundariamente.

Mas o que será que faz com que a igreja, durante onze séculos, tenha afirmado, sem contradição possível, sem dificuldade, que o pai e o filho são da mesma substância? Qual será o segredo que o mistério da Trindade poderia ocultar para que em seu nome as heresias se multipliquem ao fazer da “Trindade, o único princípio do universo”, como estabelece o Concílio de Latrão em 1215? Precisemos algumas balizas que permitirão seguir esta evolução.

Em 325 A.D. o Concílio de Nicéia afirma que há a mesma substância, *homoiousos*, consubstancialidade do pai e do filho, rejeitando Ário que não a aceita por ser herética e cismática.

Em 381, o Concílio de Constantinopla conclui que o espírito tem a mesma substância que o pai e o filho: a Santíssima Trindade apresenta-se então como fundada sobre três pessoas em Uma, dado que são uma única substância.

<sup>(1)</sup> “No início era o Verbo e o Verbo estava em Deus e o Verbo era Deus. Ele estava no começo ao lado de Deus. Através dele tudo surgiu e, sem ele, nada surgiu do que surgira ... e o Verbo tornou-se carne, e ele morou entre nós.” (João, I,1-14)

Agostinho, convertido em 386, confirma esses dados mas, sobretudo, estabelece que o papel do espírito era de assegurar o retorno da palavra encarnada do pai (que *é* o filho), ao pai. Assim, Agostinho de Hipona, intelectual engajado tornado doutor da graça traz sua contribuição para a *procissão do espírito* que sela a con-fusão relativa ao lugar de origem e ao lugar de recepção da palavra. Mas o que se quer dizer com esse dogma? Que a palavra originária não pode falhar, pois que ela se encarna na *homoïousos* entre o pai e o filho e que ela retorna ao pai por meio da *procissão do espírito*. Por outro lado, interessa precisar que essa base teológica cristã que assegura a força da Trindade foi verdadeiramente inspirada pelos filósofos pagãos como Plotino e Porfírio, para que o Um deva, num primeiro tempo, ser disseminado em seus elementos; depois, num segundo tempo, reconstituído para ser de novo vivificado.

Durante o verão de 1054, em Constantinopla, após dois séculos de querelas dogmáticas entre Roma e Constantinopla sobre a questão do espírito, as últimas cizânicas levam ao cisma que separará a igreja romana do ocidente e a igreja grega do oriente: os anátemas do 16 de julho de 1054 depositados solenemente sobre o altar de Santa Sofia só serão levantados nove séculos mais tarde, em 1965, por Paulo VI e o patriarca Atenágoras.

Será a intervenção de Santo Tomás, no século XIII, que fará entrar verdadeiramente o mistério da Trindade, coração do saber revelado, na *Suma teológica* de um saber que aceita *racionalmente* o mistério sem fazê-lo desaparecer completamente. Santo Tomás é compreendido, até os nossos dias, como aquele que tirou o ocidente das trevas da Idade Média ao preço de um compromisso. Mas qual segredo manteve secreto esse sintoma que a igreja como instituição encarniçou-se em erigir como dogma e que o Concílio de Trento, no século XVI, ergueria sobre o altar na forma realizada por Santo Tomás?

A religião cristã nos faz pensar que o que vem da palavra originária não é mais uma invocação, já que ela é uma voz que dura, se encarna, persiste, dá sentido.

Desta forma, o segredo do *homoïousos*, mesma substância do pai e do filho pode bem ser fazer segredo de uma con-fusão que impede que advenha *do* falante como filho da linguagem. Na verdade, como mostra a experiência da transferência, o emissor de palavras só pode surgir se está previamente separado do lugar de onde recebeu uma palavra originária cuja singularidade é de se ausentar imediatamente, reduzida a um *resto* que chama, interpela no âmbito de uma certa angústia. Chegamos a supor que a *procissão do espírito* garantiria o rapto do encontro com o real do lugar de origem já realizado pelo *homoïousos*, do pai e do filho. Será porque este fazer segredo devia estar a tal ponto selado que ele só poderia existir como *ex-comunicação* daqueles que não escolheram obedecer ao saber já instituído no maior segredo, os heréticos, em vez e lugar de *ex-comunicação do real*? Mas por que fazer segredo interessa à psicanálise?

Porque supõe que o que se opõe ao encontro do real é uma instância psíquica ardilosa, pois que desenvolve tanto a evidência como a exigência sem esquecer o amor e lhe dá, na linha de Freud, o nome de superego. Isso não aconteceu sem tê-lo encontrado freqüentemente em sua cura e ele sabe, desde então, que também a instituição não mais existe sem poder estar sob seu teto a partir do momento em que ela privilegiaria o grupo e o consenso. Sobretudo, ele sabe que o Sujeito do inconsciente surge de uma Outra lógica que sustenta do Significante do Nome-do-Pai. O psicanalista pode até *ousar* supor que as relações entre a instituição e o desejo não podem ser senão conflitantes. Daí em diante, será que o que *encontrou* em sua cura lhe permitirá extirpar o conflito binário inevitável entre a instituição e o desejo para transformá-lo em um conflito dialético? Isto é o ensino que pode lhe transmitir, por falta, a instituição-igreja como tudo aquilo que já está instituído.

Tentemos agora examinar a importância do Significante do Nome-do-Pai a partir do pensamento bíblico.

### **A voz do profeta**

É interessante observar que o pensamento bíblico leva em conta aquilo de que a instituição-igreja faz segredo. Ela parte do chamado emitido por Deus, na posição de pai, mas, sobretudo, da ausência de Deus, já que ele emitiu esse apelo para com o futuro profeta, reduzido a uma voz. Quem é chamado não pode saber o que Deus quer, sendo sua única companhia o espírito que advém de sua ausência.

Não é de surpreender que o espírito seja aqui radicalmente diferente daquele instituído pela igreja cristã, uma vez que vai sustentar o real em jogo no chamado da voz do pai para que ele encontre, no receptor, o real capaz de entrar em relação com ele. Este é o primeiro tempo. O segundo tempo tem a ver com a passagem que Lacan convida para nomear como uma inversão o lugar em que reconhecemos a importância do Significante do Nome-do-Pai para que surja o Sujeito como emissor de palavras. Como pensar isso?

Siderado, perdido, mudo, insone no primeiro tempo da invocação, o profeta em perspectiva está não senão perdido, dado que o espírito busca nele o bom entendedor do real da invocação para ali se fiar, visto que, após esse primeiro tempo em que ele não sabe, ele poderá surgir como falante num segundo tempo, se um tempo intermediário, aquele da inversão, pôde ser *passado* pelo passador que é o Significante Nome-do-Pai. Mas falando do quê? Do lugar de onde ele surgiu, do lugar de onde uma voz inaudita lhe falou e da qual ele não pode, de qualquer modo, senão tomar a palavra.

O pensamento bíblico inverte os lugares em relação à instituição-igreja, o espírito intervém em segundo lugar, mas, sobretudo, faz pensar que o pai simbólico está reduzido a uma voz: estamos no lado oposto do dogma da Trindade.

## Para concluir

Ao fazer retorno sobre o arcaico, início como mandamento, que constitui para a criança o encontro do *universal da linguagem* e do *universo* de uma língua privada, a língua materna, tentei transmitir aquilo que, no primeiro, insiste na transferência.

A voz do pai simbólico como *resto*, objeto *causa* do desejo, não libera nenhuma significação porque indica somente que *há* uma Outra direção, comumente recoberta pelo sentido. Para dar conta destes dados, fiz a suposição de que a religião cristã fazia segredo de sua invocação que a mensagem bíblica levava em consideração.

Terminarei assinalando que Freud, por quem não podemos ter senão a maior estima na medida em que, ao descobrir o inconsciente, inventou a psicanálise, transmitiu-nos, *também*, porque se apóia tão-somente na significação □ podemos verificar essa tendência nas análises que ele se coloca corajosamente em cena □, que todo analista pode ser conduzido a não mais levar em conta o *universo da linguagem* com lugar inapreensível da significância de onde um chamado, se não é recusado, conduz à simbolização, apelo cujo enigma é o de convocar uma presença até então não presente, o Sujeito do inconsciente.

Montbéliard, 7 de dezembro de 1999

Jean Chamoille